

# A participação política na opinião dos alunos de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás.

Political participation in the opinion of library students at the Federal University of Goiás.

**Hevellin Estrela**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0203-4875>

Mestra em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Servidora do IF Goiano, Brasil.

Email: [hevellinestrela@gmail.com](mailto:hevellinestrela@gmail.com)

**Geisa Müller de Campos Ribeiro**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5778-1248>

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do curso de Biblioteconomia da UFG, Brasil.

Email: [geisamuller@hotmail.com](mailto:geisamuller@hotmail.com)

**Suely Henrique de Aquino Gomes**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5711-483X>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

Email: [suelyhenriquegomes@gmail.com](mailto:suelyhenriquegomes@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho visa conhecer a opinião dos alunos do 5º e 7º semestres do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás através de um teste, de evocação livre de palavras, aplicado no intuito de conhecer a opinião deles sobre os temas: política, políticas públicas e participação política. A metodologia adotada é qualitativa, exploratória, documental e de pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados, usou-se a técnica de associação livre de palavras e depois se utilizou o software Iramuteq para fazer a construção da nuvem de palavras, que demonstra quais são as palavras consideradas mais importantes ou mais frequentes. O que se percebeu é que, para os alunos pesquisados, falta conscientização sobre o poder da política, das políticas públicas e da participação política. Em relação ao cidadão, elas podem influenciar na sua atuação profissional e têm o papel de modificar vidas através do acesso à informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação política; Biblioteconomia; UFG; discentes.

**ABSTRACT:** This paper aims to know the opinion of students of the 5th and 7th semester of the Library Science course of the Federal University of Goiás through a test, free and free of words, applied in order to know their opinion on the themes: politics, public policies and political participation. The methodology adopted is qualitative, exploratory, documentary and bibliographic research. For data collection, the technique of free association of words was used and then the Iramuteq software was used to build the word cloud, which demonstrates which words are considered more important or more frequent. What was noticed is that, for the students surveyed, there is a lack of awareness of the power that politics, public policies and political participation. Regarding the citizens, they can influence their professional performance and have the role of modifying lives through access to information.

**KEYWORDS:** Political participation; Library Science; UFG; students.

## 1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo conhecer a opinião de alunos<sup>1</sup> do 5º e 7º períodos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás – UFG sobre o que é política. Foi aplicado um teste de evocação livre de palavras para os alunos durante uma das aulas da disciplina de políticas públicas informacionais, ministrada no primeiro semestre do ano de 2018. Como a disciplina começou falando sobre o que é política e como esta está envolvida no dia a dia dos indivíduos de uma sociedade e na profissão do bibliotecário, entendeu-se que a prévia do que se tratava o tema já havia sido abordada. O teste foi aplicado no começo do segundo trimestre, quando já havia sido discutido o que é política, e, com isso, os alunos já tinham informação para poder responder ao teste. Como objetivo específico, esse estudo visa verificar junto aos próprios alunos o que são políticas públicas para eles e como é a participação política desses alunos.

1

Essa pesquisa não passou pelo Comitê de ética, pois o seu intuito era de finalizar a disciplina Metodologias de pesquisa em Comunicação no programa de pós-graduação em Comunicação, pela Universidade Federal de Goiás. Além de atender o parágrafo único do artigo I da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.

A justificativa para esse artigo tem a ver com o senso comum em relação aos bibliotecários, que possuem um estereótipo pacato, neutro e polidor de conversas. Como o tema da disciplina ministrada trata de política, formação política e políticas públicas, surgiu à intenção de verificar qual é a opinião sobre os temas ministrados para os alunos, futuros bacharéis em Biblioteconomia. Houve a necessidade de demonstrar como as decisões políticas e seus desdobramentos sempre impactaram a Biblioteconomia no Brasil, a começar pela realidade das bibliotecas públicas que institucionalmente são regulamentadas por políticas culturais, e falar sobre a necessidade da criação de políticas públicas que possam contribuir para mudar essa realidade.

Abordar a questão política enquanto objeto de formação é algo novo e pouco

discutido na área da Biblioteconomia, mas necessário, uma vez que se nota “formação, de atuação, relacionada a comportamento e competência profissional para que o bibliotecário participe efetivamente da construção da sociedade” (SPUDEIT, MORAES, CORREA, 2016, p. 27) e a atuação do bibliotecário está muito ligada a construir essa sociedade de uma forma digna, crítica, política e social. Telésforo (2012 *apud* SPUDEIT, MORAES e CORREA, 2016, p. 32) nos diz que formação política é o aprender a fazer, e, num sentido mais específico, a formação política pode ser aquilo que amplia a capacidade de atuar de modo político.

Acredita-se que a Biblioteconomia possui uma herança social e política que fundamenta uma de suas vertentes como conhecimento humanístico social na atuação das bibliotecas. Além de estar ligada à área de Ciências Sociais Aplicadas, que reúne campos de conhecimento interdisciplinares, sempre voltados às relações sociais, e estas são designadas por processos e atividades políticas. E o que se percebe é a falta de entendimento político na formação, com isso, refletindo na atuação profissional que não compreende o que é democracia, que não inclui apenas a capacidade de compreender a realidade, mas de atuar nela de modo concreto.

Talvez pela falta de atuação efetiva nas questões políticas e formacionais, o bibliotecário tende a ser visto como alguém pacato, o que nos faz acreditar que falta compreender a realidade pela qual está cercado, para poder atuar nela concretamente. Cardoso e Nunes (2015) nos exemplificam bem como esse estereótipo é visto na cultura popular, predominando a imagem de uma mulher, muitas vezes, idosa, de óculos, coque e roupa formal, sempre com o dedo em haste, solicitando silêncio. Ou, então, de uma jovem, com roupas provocadoras. Esse estereótipo, muitas vezes visto como negativo, pode ser a base da desvalorização e falta de conhecimento desse profissional pela sociedade, além de demonstrar a fraca realização profissional do bibliotecário.

Silva (2012) corrobora com a ideia do bibliotecário como um ser político quando nos diz que as bibliotecas são instrumentos de políticas públicas, pois muitas das suas ações, mesmo que instintivamente, têm os nomes de política, como

políticas de desenvolvimento de ação, políticas de organização etc. Relacionando esse estereótipo do profissional sisudo, “detentor” do conhecimento ou até mesmo o intelectual, que pode dar informações sobre os mais diversos assuntos, mas que não gosta de se envolver em questões políticas, mesmo tendo que trabalhar com políticas públicas para o desenvolvimento de ações dentro da Biblioteca, e vendo que o curso de Biblioteconomia na UFG está ao menos trabalhando questões mais políticas na formação do Bibliotecário, instigou-se sobre o que esses futuros profissionais entendem por política.

O viés político, porém, não partidário, do trabalho se faz necessário, pois, conforme defende Aristóteles (*apud* SPUDEIT, MORAES e CORRÊA, 2016, p. 25), “política é uma dimensão essencial da vida humana, o homem é por natureza um animal político”. A ciência é tida como um processo da busca da verdade. Uma verdade que, dependendo do seu viés, pode ser questionada, pois o que é verdade para um pode não ser para outro. Por isso, é importante ressaltar que esse trabalho busca conhecer a opinião de futuros profissionais e não visa apontar para questões político-partidárias ou questões de políticas corruptas que afetam nosso país.

## 2 Desenvolvimento

A formação humana em si é uma formação voltada para a política, seja ela dentro de casa, escolas, universidade, igrejas, enfim, em todos os meios sociais que se frequente e viva em sociedade. Crochík, Massola e Svartman (2016) afirmam que, desde a Grécia antiga, o conhecimento é a base importante para o exercício da política; baseados em Platão, dizem que aquele que conhece a verdade e consegue “ver” além das aparências pode dirigir a pólis. Ainda para os autores Crochík, Massola e Svartman (2016, p. 1), “o conhecimento é imanentemente político e ético, pois deve servir a uma vida humana digna de ser vivida; o conhecimento que destrói não é conhecimento”. E como no Brasil a questão de adquirir conhecimento está muito ligada à formação acadêmica, além de o teste ter sido aplicado em estudantes uni-

versitários, focaremos na questão política enquanto grade curricular de um curso.

Por mais que a formação curricular possa não ter disciplinas específicas para o desenvolvimento político-social do cidadão, esse mesmo currículo trabalha com política, vide a gama de disciplinas que usam o termo, conforme nos trazem Spudeit, Moraes e Corrêa (2016) quando em suas pesquisas falam que as publicações sobre política estão relacionadas nos mais diferentes contextos técnicos e gerenciais de uma biblioteca, pois costuma se ter políticas de preservação, políticas educacionais, políticas de acesso aberto, entre outras.

No intuito de demonstrar que a formação política é importante para o bibliotecário, Carvalho (2016, p. 55) nos diz: “processo de análise, ação e tomadas de decisão no âmbito da prática acadêmica estudantil e docente, da prática profissional e da representatividade político-institucional (órgãos de classe), de forma individual ou integrada.”

Mas, se a formação política é importante, o que vem a ser política? Hannah Arendt, em seu livro *O que é política*, pontua vários conceitos (pois a política é algo profundo), mas a sua primeira conceituação está ligada à política como “a política baseia-se na pluralidade dos homens” (ARENDR, 2002, p. 1).

Para Silva e Cunha (2013), a política não tem a ver com a natureza dos homens, mas com uma convenção entre os homens, o que corrobora com a ideia de Hannah, quando fala que a política se baseia na pluralidade dos homens.

Em seu livro *A condição humana*, Hannah Arendt (2007) fala que existem três atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. E a ação é própria da vida política, da construção moral e ética de uma sociedade. O pensamento Arendtiano nos fala que a política é quando os homens agem e se comunicam coletivamente, e para isso é preciso que haja um espaço para encontros e interações através da ação e da palavra. E é através dessa ação que se constroem políticas públicas capazes de contribuir para a vida em sociedade.

Sobre políticas públicas, apesar das várias definições e diversos entendimentos sobre o tema, Souza (2006) remete que a área de políticas públicas conta com

quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Ainda conforme Souza (2006, p. 23), “Laswell defende que políticas públicas são como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo”.

Várias definições e vieses são encontrados no conceito de políticas públicas. Souza (2006, p. 25) no seu artigo de revisão sobre o tema nos diz que “políticas públicas assumem uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante que a soma das partes... mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”.

Depreende-se desse entendimento que políticas públicas têm como campo a multidisciplinariedade e de diversas ações, o que nos faz pensar que as políticas públicas podem ser consideradas como algo para “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

Silva (2014, p. 66) nos diz que “a expressão ‘políticas públicas’ teve origem nas ciências sociais e política, mas é usada em diversas áreas implicando um alto grau de polissemia ao termo” e que, portanto, “uma política pública é dinâmica e mutante” (SILVA, 2014, p. 73).

Partindo desse conceito de que políticas públicas são formas de ação, de resposta do governo, questiona-se que pergunta está sendo respondida com essas ações, e então conclui-se que, já que o governo, pelo menos na teoria, responde às demandas dos cidadãos, essa resposta está relacionada a também uma ação/participação da sociedade para que as políticas possam ser feitas e/ou elaboradas, ou seja, houve primeiro uma participação da sociedade para que o governo pudesse agir. Esse governo foi incitado para ter uma ação, através de ação e/ou participação social.

Jardim, Silva e Nharreluda (2009) apontam algumas características comuns às políticas públicas que variam entre as relações de poder e legitimidade; elementos de valor e conhecimento, além da necessidade de escolhas, valores culturais e ideológicos que sustentem essas políticas, planejamento orçamentário e espaços

de trocas, onde as experiências possam ser trocadas e com isso ter a participação da sociedade.

O conceito de participação também é amplo, e não há uma definição única que seja aceita. Borba (2012) faz uma revisão dos modelos de classificação da participação política de várias sociedades. Após elencar algumas limitações do conceito trazido por alguns autores que definem o termo por volta da década de 60, ele nos diz que os conceitos mais apropriados podem ser os trazidos por autores a partir da década de 70:

[...] mais apropriadas definições como as de Boot e Seligson (1976, p. 6), que a conceituam como “um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos”. Mais recentemente, considerando também as mudanças no âmbito da participação política, Brady a definiu como “a ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos” (1999, p. 737, grifos no original).

Veja-se que os dois conceitos acima elencados já não definem um destinatário dos atos participativos (se governo ou não) (BORBA, 2012, p. 265).

Percebe-se que a participação política está voltada para os cidadãos comuns sem necessariamente ser voltado ao governo, mas algo que possa ser feito de várias formas, individual, coletiva, organizada, eventual ou consciente. A participação política é um dever, em relação ao voto eleitoral, na realidade brasileira, mas deveria ser também nas ações de fiscalização dos atos políticos e também de uma maior participação desse mesmo cidadão que quer ver mudanças na sociedade.

O que se observa das participações políticas da nossa sociedade é que elas estão, em sua grande maioria, ligadas à opinião pública sobre o tema a que estão relacionadas. Tuzzo (2005, p. 582) nos diz que “opinião pública é um binômio de domínio linguístico para toda a sociedade, porém de conhecimento para poucos. Suas aplicações nos discursos cotidianos da mídia e dos atores sociais nem sempre traduzem seu real significado”. Por se acreditar nessa fala é que este artigo tem como objetivo conhecer a opinião dos alunos do curso de biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás sobre o que é política.



### 3 Metodologia

O pesquisar costuma ser guiado por uma característica básica humana: a curiosidade. E muitos fatores podem despertar essa curiosidade no pesquisador. A curiosidade desse caso em si vem de toda uma construção de querereres, tentativa de mudança de pensamento e principalmente de posicionamento de uma classe. Silva, Menezes (2005) falam da pesquisa como uma atividade básica das ciências, pois se trata-se de uma atitude e prática teórica de constante busca e de um processo inacabado e permanente. Além de ser uma atividade que nunca se esgota, pois faz uma combinação entre a teoria e os dados.

Os tipos de pesquisa usados na construção deste artigo foram: pesquisa exploratória, documental e bibliográfica. Por pesquisa exploratória entende-se, de acordo com Gil (1991), que se trata de uma pesquisa que envolve o levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram uma experiência com o problema da pesquisa e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. Utilizou-se também a pesquisa documental, que é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, mas a diferença está na natureza dos dados (GIL, 1991) e que nesta pesquisa se encaixa, uma vez que os dados coletados, pelas respostas dos alunos, receberam um tratamento analítico. E para a construção teórica usou-se a pesquisa bibliográfica que Gil (1991, p. 44) conceitua como a pesquisa “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A construção da pesquisa bibliográfica se deu *a priori* pelas bibliografias indicadas na própria ementa da disciplina, que traz conceitos tidos como mais clássicos e uma pesquisa extra com conceitos mais atuais ou que possam trazer exemplos mais próximos da atualidade. Com isso, não houve recorte temporal para a escolha dessa parte teórica.

Para a compreensão dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que destaca como etapas essenciais desta metodologia os seguintes passos: categorização, descrição e interpretação. Segundo Moraes (1999, p. 2), “essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a

reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Portanto, para essa pesquisa a análise está dirigida à questão “para dizer o quê?”. Isso significa que está direcionada para as características das mensagens, seu valor informacional, palavras, argumentos e ideias nela expressos.

Quanto à coleta de dados, usou-se a técnica de associação livre de palavras, que, segundo Donato *et al.* (2017), consiste no registro de palavras que produz dados que possibilitam em suas sistematizações evidenciar a organização do conteúdo. É importante ressaltar, conforme trazem Wolter, Wachelke (2013), que a evocação não é um aglomerado de respostas reagrupadas para formar um conjunto. E com essa técnica é necessário saber as características globais das respostas, pois nos dão informações a respeito do objeto representacional. Ainda na perspectiva, para a análise dos dados obtidos, usaremos a Teoria Núcleo Central (TNC), que é defendida por Jean-Claude Abric e pode ser entendida “como referência básica de estudo, possibilita analisar o conteúdo e a organização interna dos conteúdos das representações sociais”, conforme defendem Donato *et al.* (2017, p. 369).

Conforme já exposto, a Técnica de Evocações, ou a Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, é uma perspectiva que “produz dados que possibilitam em sua sistematização evidenciar a organização do conteúdo e estrutura das representações sociais” (DONATO, *et al.*, 2017, p. 371). E um dos caminhos possíveis para poder identificar o TNC, Alves-Mazzoti (2007, p. 299-300 *apud* DONATO, *et al.*, 2017, p. 369) nos diz que:

[...] os possíveis elementos do núcleo central por meio da frequência (F) com que a palavra foi enunciada pelos sujeitos e da ordem média de evocação (OME), calculada atribuindo-se pesos diferenciados segundo a hierarquia estabelecida pelos sujeitos e dividindo-se o somatório dos valores obtidos pela frequência total de evocação. A combinação desses dois critérios permite que se distribuam os resultados em dois eixos ortogonais formando quatro quadrantes.

Para a construção das nuvens de palavras, utilizou-se o *software* Iramuteq. Segundo a colocação de Salviati (2017, p. 4), pode ser entendido como “um sof-

*ware* gratuito de código fonte aberto, licenciado por GNU GPL (v2), que utiliza o ambiente estatístico do *software* R. Ele possui a fonte aberta e é muito usado nos estudos das ciências humanas e sociais”.

O uso desse tipo de *software* é muito comum, pois:

possibilitam identificar o contexto em que as palavras ocorrem. Eles executam análise lexical do material textual e particionam o texto em classes hierárquicas, identificadas a partir dos segmentos de textos que compartilham o mesmo vocabulário, facilitando, assim, o pesquisador conhecer seu teor (SALVIATI, 2017, p. 4).

Utilizou-se de uma nuvem de palavras para cada pergunta feita na entrevista dos alunos. Nuvem de palavras é a representação das palavras mais evocadas em um *corpus* textual. São consideradas as palavras mais importantes ou mais frequentes em um texto. Conforme nos expõe Fonseca (2017, p. 5), “a análise de nuvem de palavras organiza as palavras segundo sua frequência, ou seja, as palavras que mais aparecem no texto terão um tamanho proporcionalmente maior do que outras palavras que aparecem menos vezes”.

Para chegar a essas respostas foi feita, em sala de aula, uma dinâmica. Após a exposição dos assuntos abordados na disciplina de políticas públicas informacionais, quando foram entregues aos alunos presentes folhas com perguntas e espaço para resposta, eles teriam que colocar em palavras soltas, as representadas pelas nuvens, o que eles entendiam da pergunta. Não era necessário construir textos ou orações para a resposta da pergunta, e sim colocar, algo como palavras-chave do entendimento do aluno sobre as perguntas feitas. Posteriormente, essas palavras-chave foram lançadas no Iramuteq para chegarmos à construção das nuvens de palavras que compõem esta pesquisa.

#### **4 Análise dos dados**

A técnica de associação livre de palavras foi utilizada nos alunos do 5º e 7º período que cursaram Biblioteconomia no primeiro semestre do ano de 2018, na

disciplina de Políticas públicas informacionais. No dia da aplicação da técnica, havia 39 discentes presentes em sala, mas, como o teste foi aplicado após o intervalo, nem todos retornam para a sala de aula, tendo com isso 28 respostas referentes às perguntas feitas sobre o que é política; o que são políticas públicas e como é a participação política desses alunos.

A primeira pergunta feita aos alunos do curso de Biblioteconomia foi “o que é política?”. Conforme já descrito, essa pesquisa foi feita no segundo bimestre do primeiro semestre do ano de 2018, quando já haviam sido discutidos, em sala de aula, alguns conceitos e autores sobre o tema. Assim, depreende-se que os alunos já tinham uma noção conceitual, e as respostas obtidas, depois de serem rodadas no *software* Iramuteq, foram as seguintes.

Figura 1: O que é política



Fonte: Iramuteq (2019).

Depreendem-se da nuvem de palavras obtida que, na opinião dos alunos do curso de Biblioteconomia da UFG, política está relacionada à organização, remetida quatro vezes. “Ação”, “corrupção”, “democracia”, “debate”, “governo”, “participação”, “sociedade” e “votação” foram repetidas duas vezes.

Essa primeira resposta aos termos, com a palavra “organização” como a mais evocada, nos faz questionar se essa palavra não está voltada mais para a atuação

do profissional bibliotecário, que está muito ligado às técnicas e a organização das coisas, do que necessariamente à questão do que é política em si. Se essa questão de organização, bem típica da área da Biblioteconomia, estiver correta, vale ressaltar o que Caruso (2005, p. 6) nos falou em seu texto sobre *crítica da informação* sobre as questões técnicas da área:

Ninguém liga se um bibliotecário se especializou em técnicas particulares ou princípios, porque isso não significa que eles podem fazer diferença na vida do usuário. Para “fazer diferença”, receber o status de ser “indispensável”, é necessário um argumento e argumentar significa estar engajado no discurso.

Por mais que uma sociedade precise de alguma organização para que tenha suas políticas bem definidas, não dá para entender bem o porquê de essa palavra ter sido tão evocada quando se tem uma pergunta prática sobre o que é política. Baseando-se no conceito que foi apresentado em sala de aula sobre política ser ação, como defende Arendt, pode-se dizer que, pelo menos, para dois alunos, o conteúdo foi percebido. Já as demais palavras evocadas (corrupção, democracia, debate, governo, participação, sociedade e votação) parecem ter sido mais remetidas à vivência e entendimento de mundo que cada aluno trazia em sua bagagem de vida, do que especificamente o que foi ministrado em sala de aula.

Na outra questão feita aos alunos, mas relacionada ao tema que também foi trabalhado em sala de aula, uma vez que para as questões informacionais do profissional bibliotecário é preciso conhecimento e entendimento do que vêm a ser as políticas públicas, questionou-se “o que são políticas públicas?” e obteve-se a seguinte resposta:





real importância do tema para a sua atuação profissional e cidadão. Que a política está ligada e viva no dia a dia de qualquer sociedade e tem a ver com organização, mas é muito mais do que isso. Esse tema está muito mais relacionado às ações que a sociedade e o governo devem ter para que a democracia possa ser feita e exercida para todos.

Se políticas públicas são ações e direitos, deve-se entender que essas ações não estão direcionadas apenas ao governo, que a sociedade e o cidadão devem também agir e ter os seus deveres cumpridos para que as políticas públicas possam realmente ser ações que buscam a igualdade e o acesso a esses direitos para todos.

No entanto, com a participação política tão baixa desses alunos, que são os profissionais de amanhã, é difícil acreditar que algo será efetivamente feito. Pois, o que se depreende dessa pesquisa é que, se apenas três respostas, das vinte e oito possíveis, são atuantes, esses três não conseguiram carregar toda a mudança necessária para a área de biblioteconomia e muito menos para se alcançar mais políticas públicas que favoreçam as questões informacionais da atual sociedade. É preciso buscar ser um profissional bibliotecário consciente, pois, além da atuação como cidadão, esse profissional atua como formador de sujeitos, que são direcionados a fontes informacionais e que vão de alguma forma exercer a sua cidadania, mesmo que em outras profissões. Ficar nessa tida neutralidade da profissão não é algo mais aceitável na atual sociedade.

## Referências:

ARENDDT, Hannah. O que é política. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

BRAGA, Claudomilson Fernandes, TUZZO, Simone Antoniacci. Representações sociais, atos comunicativos e mídia. In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 12., 2010. Goiânia. Anais[...]. Goiânia: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0159-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão de modelos de classificação. Soc. estado. v. 27, n. 2, Brasília, maio/ago., 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200004). Acesso em: 20 jul. 2019.



CARDOSO, Sílvia Isabel Pinto, NUNES, Manuela Barreto. Auto-imagem e estereótipo do bibliotecário: um estudo centrado nos profissionais de bibliotecas públicas portuguesas. *Cadernos BAD*, 2015, n. 1, jan./jun. p. 23-44.

CARVALHO, J. Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Bibliio, 2016.

CARUSO, Fabiano. Crítica da informação: onde está. 2005. Disponível em: <https://fabianocaruso.com/critica-da-informacao-onde-esta/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CROCHÍK, José Leon, MASSOLA, Gustavo Martineli, Svartman, Bernardo Parodi. Ciência política. *Psicol. USP*, v. 27, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642016000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000100001). Acesso em: 8 set. 2019.

DONATO, Sueli Pereira, et al. Da análise de similitude ao grupo focal: estratégias para estudos na abordagem estrutural das representações sociais. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 14, n. 37, 2017.

FONSECA, Pedro. Poder e discurso: uma análise de conteúdo do discurso de posse dos ministros de relações exteriores do Brasil (2003-2016). In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017. Montevideu, Uruguai. Anais[...]. Montevideu- Uruguai: Alacip, 2017. Disponível em: <http://www.congresso-alacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJR-F9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjI4NTUiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiYzBIZWFjODdlNzI2MDQxNTRkMmMwN2lyZjAyZDhiYzQiO30%3D>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, São Paulo, v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html). Acesso em: 10 fev. 2019.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do aplicativo Iramuteq: versão 0.7 alpha 2 e R versão 3.2.3. 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf). Acesso em: 6 jun. 2019.

SILVA, Vagner Rodolfo da. A biblioteconomia e a política lado a lado. *Revista Bibliio*, 2012. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/a-biblioteconomia-e-a-politica-lado-a-lado>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. Política públicas: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Moisés Rodrigues da, CUNHA, Jhonny Nunes. Fundamentos do estado político em Rosseau. *Kinesis*, v. 5, n. 10, dez./2013, p. 212-221. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/4542>. Acesso em: 8 set. 2019.

SOUZA, C. Política Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, n.16, p. 20-45, jun/dez. 2006.

SPUDEIT, Daniela, MORAES, Marielle Barros de, CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. *REBECIN*, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/download/37/pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

TUZZO, Simone. Universidade e mídia: a opinião pública in-formação. In: SITE OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – SOPCOM, 3., Covilhã. Actas [...] Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/ACTAS%20VOL%204.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

WOLTER, Rafael Pecky, WACHELKE, João. Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Psicol. teor. prat.* v. 5, n.2. São Paulo. ago. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200009). Acesso em: 19 abr. 2019.